

PROCESSADO/
NO SISTEMA

Cobrando os melhores eventos

TENDAS

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 18551/18

Data. 10/12/18

Fls. 02 Rubrica: Q

ILUSTRÍSSIMO. SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2018

EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA ME, inscrito no CNPJ nº 07.579.818/0001-50, por intermédio de seu representante legal o Sra. Edna Rosa Neto Siciliano, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 33.021.895-9 e inscrita no CPF sob o nº 712.275.121-04, vem, com o devido respeito e acatamento à presença da Vossa Senhoria apresentar **suas CONTRA-RAZÕES RECURSAIS** aos recursos apresentado pela empresa UAU ESTRUTURAS E SERVIÇOS LTDA -EPP.

I - DA TEMPESTIVIDADE

O presente Contra-Recurso é plenamente tempestivo.

II - DOS FATOS

Em 03 DE dezembro de 2018, reuniram-se o Ilustríssimo Sr. Pregoeiro, Membros da Equipe de Apoio da Comissão de Pregão do Município de Saquarema para abrir, examinar e julgar as propostas para a realização do Pregão em epígrafe, visando à escolha de proposta mais vantajosa, para o objeto descrito no



TENDAS



edital: "contratação de empresa para locação de estruturas metálicas, geradores, octanorme, piso em carpete, banheiros químicos, sonorização, iluminação e trio elétrico entre outros itens(...) pelo período de 12 meses, pelo sistema registro de preços, conforme Termo de Referência"

Compareceram ao certame 13 (treze) empresas, Após horas de análise de documentação, foram inaptas e desclassificadas 5 (cinco) empresas, encerrada a fase de lances, a recorrida e mais 3 (três) empresas foram declaradas vencedoras dos itens conforme ata de 03/12/2018. Ressalta-se que pelo tardar da hora, foram suspensos os trabalhos, tendo a douta comissão de pregão, marcado a continuidade dos trabalhos para o dia seguinte (04/12/2018) às 15h.

Ressalta-se que a empresa Recorrente, manifestou em ata do dia 03/12, que a recorrida não cumpriu o edital, e que merecia ser inabilitada.

Em 04/12/2018 reuniram-se o Ilustríssimo Sr.Pregoeiro, Membros da Equipe de Apoio da Comissão de Pregão do Município de Saquarema para abrir, examinar e julgar as propostas para a realização do Pregão em epígrafe, visando à escolha de proposta mais vantajosa, após análise da DOCUMENTAÇÃO DAS LICITANTES, A EMPRESA RECORRIDA, SAGROU-SE VENCEDORA DE TODOS OS ITENS, EXCETO 35, 46 e 47, vez que foi declarada inabilitada para tais itens.

Irresignada a empresa Recorrente, que apenas cotou 3(três) itens, apresenta recurso meramente protelatório, eis que se inabilitada a recorrente, ocorrerá a frustrações de todos os itens, uma vez que todas as demais licitantes, foram declaradas inabilitadas.

II - DAS RAZÕES DA MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE HABILITOU E DECLAROU A RECORRENTE



TENDAS



No mérito, alega, a recorrente, que a EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA ME teria deixado de atender às exigências constantes do edital.

Ocorre que, como se pode verificar da simples análise dos documentos apresentados no curso do procedimento licitatório, não assiste qualquer razão a recorrente, eis que os documentos exigidos foram regularmente entregues, em estrito cumprimento ao comando editalício.

De mais a mais, apenas por cautela, vale tecer breves comentários acerca de cada um dos itens impugnados por recurso

A recorrente alega que a não teria a recorrida apresentado autenticação no anexo XIII (Índice de liquidez) o que deveria gerar a inabilitação.

Melhor sorte não assiste a recorrente, uma vez que o item 19.6 é claro ao determinar autenticação somente nas declarações! O que, data vênha, foi apresentado pela recorria.

Ressalta-se que o próprio modelo do ANEXO XIII vem claramente que deve ser apresentado a assinatura em original, em nenhum momento foi exigido reconhecimento de firma por autenticidade no ANEXO XIII.

Cabe ressaltar que durante o certame, a recorrente apresentou tal impugnação verbal, sobre esse fato, tendo o zeloso pregoeiro, solicitado auxilio jurídico a PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO, SENDO DE IMEDIATO RECHAÇADO A INDAGAÇÃO DA RECORRENTE.

ASSIM, TRATA-SE DE MERO “**CHORORO**” DE PERDEDOR, DE EMPRESA QUE NÃO APRESENTA PREÇOS COMPETITIVOS, REPETIMOS, A MESMA APENAS COTOU 3(TRES) ITENS, MAS TENTA TUMULTAR O CERTAME, IMPEDIDO QUE O MUNICÍPIO FAÇA CUMPRIR A LEI.



TENDAS



Insurge a recorrente que o recorrido não teria cumprido o item 6.1.6.3, "a", informando que a recorrida que o profissional não detém capacidade técnica.

Da simples análise da documentação apresentada, verifica-se de forma incontestante que o engenheiro responsável técnico atende os requisitos senão vejamos.

A uma consta averbação de diversas Anotações de Responsabilidade técnica junto ao CREA/RJ nobre os itens licitados, a duas o próprio órgão regulador da profissão CREA/RJ ATESTA QUE O MESMO POSSUI CAPACIDADE PARA ATUAR COMO ENGENHEIRO OPERADOR ELETRICISTA NA FORMA DA RESOLUÇÃO CONFEA 473/2002, CONFORME OFICIO 04098/2018 DO CREA-/RJ APRESENTADO NA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, a três a comissão de pregão analisou a documentação em conjunto com a área técnica da secretaria municipal de obras e urbanismo, sendo que os profissionais, emitiram parecer técnico habilitando a recorrida por apresentar profissional em estrita observância ao edital.

Ressalta-se ainda, que o edital ainda previa que a licitante poderia ser habilitada apenas com a indicação de um técnico em eletrônica ou eletrotécnica, ora, o profissional apresentado pela recorrida é ENGENHEIRO!!!!

A Lei que regula a profissão é a LEI 5194/66, TENDO O CONFEA – CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, na forma do art. 27, alíneas "d" e "f" e parágrafo único da referida lei, editado a RESOLUÇÃO N. 218/73, QUE DISCRIMINA AS ATIVIDADES DE DIFERENTES MODALIDADES PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA.



TENDAS

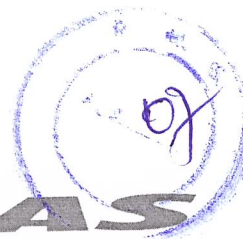
A RESOLUÇÃO CONFEA N. 218/73, PREVÊ AS SEGUINTESS MODALIDADES PROFISSIONAIS DA ENGENHARIA E SUAS RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, estas previstas nos artigos 2º ao 23 da Resolução, das quais destacamos as seguintes: **ENGENHEIRO AERONAUTICO (art. 3º), ENGENHEIRO AGRIMENOR (art. 4º), ENGENHEIRO AGRÔNOMO (ART. 5º), ENGENHEIRO CARTOGRAFO ou ENGENHEIRO DE GEODÉSIA E TOPOGRAFIA OU AO ENGENHEIRO GEOGRPAFICO (art.6º), ENGENHEIRO CIVIL OU ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO (ART.7º), ENGENHEIRO ELETRICISTA OU ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA (art. 8º), ENGENHEIRO ELETRÔNICO OU ENGENHEIRO ELETRICISTA MODALIDADE ELETRONICA OU ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO (ART. 9º).**

Para os Itens de SONORIZAÇÃO, GERADORES, PAINEL DE LED, o município exigiu o profissionais especificados na Resolução Confea 218/73, que detêm, por força legal atribuição para emitir ANOTAÇÃO DE RESPOSABILIDADE TÉCNICA, A SABER: **ENGENHEIRO ELETRICISTA OU ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA (art. 8º), ENGENHEIRO ELETRÔNICO OU ENGENHEIRO ELETRICISTA MODALIDADE ELETRONICA OU ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO (ART. 9º) ENGENHEIRO DE OP. NA MODALIDADE ELETROTÉCNICA OU ELETRICISTA.**

A RESOLUÇÃO CONFEA N. 218/73, COMO JÁ RESSALTADO DEFINE CLARAMENTE AS ATRIBUIÇÕES DOS ENGENHEIROS, VEJAMOS O QUE ELA DISPÕE



TENDAS



Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;

Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;

Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;

Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;

Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;

Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;

Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação

técnica; extensão;

Atividade 09 - Elaboração de orçamento;

Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de



TENDAS



qualidade;

Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;

Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;

Atividade 13 - Produção técnica e especializada;

Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;

Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo

ou manutenção;

Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA OU AO
ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE
ELETROTÉCNICA.

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º -



TENDAS

*distribuição e utilização da energia elétrica;
equipamentos, materiais e máquinas elétricas;
sistemas de medição e controle elétricos; seus
serviços afins e correlatos.*

Art. 9º - Compete **AO ENGENHEIRO ELETRÔNICO OU AO
ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE
ELETRÔNICA OU AO ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO:**

*I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º
desta Resolução, referentes a materiais elétricos e
eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral;
sistemas de comunicação e telecomunicações;
sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico;
seus serviços afins e correlatos.*

CLARAMENTE, CONFORME CONSTA DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA RECORRIDA, E DA PRÓPRIA ATA DE SESSÃO DE PREGÃO DO DIA 04/12, A COMISSÃO DE PREGÃO AFIRMA QUE O ENGENHEIRO APRESENTADO PELA RECORRIDA, FOI UM ENGENHEIRO ELETROTÉCNICA, QUE POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO DA ATIVIDADE DE ENGENHARIA, ESTÁ PREVISTA SUAS ATRIBUIÇÕES DO ART. 8º da Resolução CONFEA N. 218/73, POSSUI ATRIBUIÇÕES PARA RESPONDER TECNICAMENTE PARA ATIVIDADES DE GERADOR E PAINEL DE LED, SENÃO VEJAMOS NOVAMENTE A REFERIDA RESOLUÇÃO:

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA OU AO



TENDAS

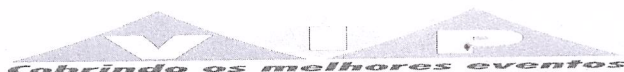
ELETROTÉCNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Colocando uma pá de cal sobre a questão, vemos claramente do acervo técnico apresentado pela recorrente que o CREA-RJ, averbou justamente no CAT N. 47835/2015 que se refere A ART (anotação de responsabilidade técnica) N. OLO0186057 - REFERENCIA AO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA TAMBÉM JUNTADO NA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, EMITIDO PELO MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA -RJ, QUE ATESTA CATEGORICAMENTE QUE O PROFISSIONAL DA EMPRESA RECORRENTE PODE EMITIR E EXERCER A PROFISSÃO PARA OS OBJETOS LICITADOS.

E mais, o PRÓPRIO CAT, INFORMA QUE A EXECUTANTE É A ORA RECORRIDA, RAZÃO PELA QUAL COMPROVA, CLARAMENTE QUE O PROFISSIONAL APRESENTADO E A EMPRES RECORRENTE, POSSUEM , o know-how técnico, tudo isso para, de certa forma, pelo menos a princípio, demonstrar sua capacidade técnica **NOS EXATOS TERMOS DO ITEM 6.1.6.4 E 6.1.6.3** para honrar com as obrigações decorrentes daquela nova contratação para a qual se candidatou.

Em termos de segurança, legalidade, eficiência e, principalmente, interesse público (princípios que norteiam a administração pública), os requisitos



TENDAS

específicos de habilitação (técnica e econômico-financeira) devem ser não só observados, mas seguidos à risca da legalidade e formalidade.

Ressalta-se que no site do CREA-RJ, disponível <http://portalservicos.crea-rj.org.br/#/app/consultas/empresas> pode se ver claramente que o Engenheiro ELETROTÉCNICO SR. HELIO ERSE FILHO É VINCULADO A RECORRENTE DESDE 25/02/2013, AUTORIZANDO O MESMO E A EMPRESA A EXERECER ATIVIDADES OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETROTECNICA, QUE É PREVISTA NO ART. 8º DA Res. 218/73.

De igual forma, é possível que a comissão possa diligenciar no referido portal eletrônico de todas a ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA EMITIDAS E AUTORIZADAS PELO CREA-RJ, PARA A MODALIDADE GERADOR, SOM E PAINEL DE LED.

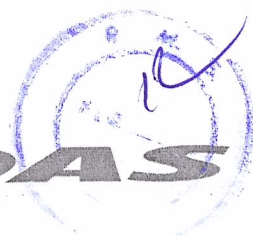
Assim, claramente, se vê que o ENGENHEIRO APRESENTADO PELA EMPRESA, SR. HELIO ERSE FILHO é profissional legalmente habilitado para ser o responsável, DEVENDO SER MANTIDA A DECISÃO PROFERIDA EM SESSÃO PUBLICA DO DIA 04/12/2018, UMA VEZ QUE OS ENGENHEIROS APRESENTADOS PELA RECORRIDA ATENDE O ITEM 6.1.6.3 E OS ATESTADOS APRESNETADOS ATENDEM O ITEM 6.1.6.4.

Sobre o CAT, é importante dizer que o mesmo é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, as obras ou serviços técnicos registrados no CREA-RJ e que constituem o acervo técnico do profissional ou da empresa, sendo este o acervo técnico o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo de sua vida profissional e da empresa, compatíveis com suas competências e registradas no CREA-RJ por meio de Anotações de Responsabilidade Técnica – ART.

A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo



TENDAS



quadro técnico, enquanto esses estiverem a ela vinculados como integrantes de seu do quadro técnico.

Para o profissional e para a empresa, a CAT comprova o registro de suas atividades técnicas na forma de ARTs, formalizadas em seu acervo técnico, que possui fundamental importância no mercado de trabalho para comprovação de sua capacidade técnica.

Para a sociedade e para o Poder Público, a CAT identifica a experiência do profissional e da empresa em sua área de atuação, comprovando a regularidade do registro da atividade técnica no CREA-RJ.

Ressalta-se que o CREA-RJ realiza a análise da compatibilidade de dados entre a ART e o documento de conclusão, somente após a confrontação dos dados é emitida a CAT, conforme disposto na Resolução 1.025/09 do Confea.

Assim, através da CAT é possível dizer com segurança que a empresa e o profissional de fato prestaram os serviços descritos a CAT. O que foi demonstrado neste certame pela empresa Recorrida, razão pela qual merece ser mantida a decisão que a Habilitou para os itens 1 a 34 e 36 a 45, 48 e 49 Uma vez que demonstrado que a mesma cumpriu fielmente o edital.

Conforme demonstrado acima, é totalmente descabido o argumento defendido pela recorrente, não podendo, pois, prosperar.

**DO NÍTIDO CARÁTER PROTTELATÓRIO DO RECURSO COM INTENÇÃO DE
TUMULTUAR O PROCESSO LICITATÓRIO.**



TENDAS



INICIALMENTE, ressalta-se que a recorrente REDUZIU OS VALORES EM MAIS DE 30% EM ALGUNS ITENS, SENDO VENCEDORA DE O TOTAL DE R\$ 1.792.760,00 Por todas as razões acima expostas, não há qualquer irregularidade na documentação e proposta da recorrida, tão pouco inobservância de previsão editalícia, não sendo o caso de inabilitação da Recorrida.

Assim, verifica-se que a intenção da recorrente tem nítido caráter protelatório com intuito de tumultuar o regular andamento do processo licitatório, oportunidade em que tenta denegrir a imagem da recorrida perante o mercado, FATO QUE SERÁ ATACADO PELA VIA PRÓPRIA.

Nestes termos, apenas por amor ao debate, faz-se necessário saber que inabilitar a Recorrida sob tais argumentos infundados seria deturpar as finalidades da lei de licitações, quando previu tal disposição.

Neste sentido já se manifestou o STJ:

“ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 28, III, E 41 DA LEI 8.666/93. NÃO-OCORRÊNCIA. HABILITAÇÃO JURÍDICA COMPROVADA. ATENDIMENTO



TENDAS



DA FINALIDADE LEGAL. DOUTRINA. PRECEDENTES.
DESPROVIMENTO. 1. A Lei 8.666/93 exige, para a
demonstração da habilitação jurídica de sociedade
empresária, a apresentação do ato constitutivo,
estatuto ou contrato social em vigor, devidamente
registrado (art. 28, III). 2. A RECORRIDA APRESENTOU
O CONTRATO SOCIAL ORIGINAL E CERTIDÃO
SIMPLIFICADA EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL,
DEVIDAMENTE AUTENTICADA, CONTENDO TODOS OS
ELEMENTOS NECESSÁRIOS À ANÁLISE DE SUA
IDONEIDADE JURÍDICA (NOME EMPRESARIAL, DATA DO
ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO E DO INÍCIO
DAS ATIVIDADES, OBJETO SOCIAL DETALHADO,
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO E
ADMINISTRADORES). 3. INEXISTE VIOLAÇÃO DA LEI OU
DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PORQUANTO A
RECORRIDA DEMONSTROU SUA CAPACIDADE JURÍDICA
E ATENDEU, SATISFATORIAMENTE, À FINALIDADE DA
REGRA POSITIVADA NO ART. 28, III, DA LEI 8.666/93.
4. A Administração Pública não pode descumprir as
normas legais, tampouco as condições editalícias,
tendo em vista o princípio da vinculação ao
instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art. 41).
Contudo, RIGORISMOS FORMAIS EXTREMOS E
EXIGÊNCIAS INÚTEIS NÃO PODEM CONDUZIR A
INTERPRETAÇÃO CONTRÁRIA À FINALIDADE DA LEI.



TENDAS



EXISTÊNCIA DE VÁRIOS INTERESSADOS É BENÉFICA, NA EXATA MEDIDA EM QUE FACILITA A ESCOLHA DA PROPOSTA EFETIVAMENTE MAIS VANTAJOSA (LEI 8.666/93, ART. 3º). 5. Recurso especial desprovido.”

No mesmo sentido são as lições do ilustre procurador Lucas Rocha Furtado, ao afirmar a necessidade de se afastar rigorismos exacerbados em sede de licitações, que visam alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração:

“A circunstância de que a Administração deve seguir procedimento previamente definido não implica, no entanto, o dever de adotar formalismos desnecessários ou exagerados. Nesse sentido, vale lembrar a lição do mestre Hely Lopes Meirelles ao comentar que ‘NÃO SE ANULA O PROCEDIMENTO DIANTE DE MERAS OMISSÕES OU IRREGULARIDADES FORMAIS NA DOCUMENTAÇÃO OU NA PROPOSTAS, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes.’”

Diante dos fatos apontados, pior, é requerer a alteração do resultado do certame por alegações sem nenhum fundamento legal deixando de contratar com a Recorrida que apresentou a proposta mais vantajosa à Administração, por ser essa mais econômica e indubitavelmente verossímil e que tenha



TENDAS

atendido a todas as exigências do edital, ao contrário da Recorrente, que participou do referido certame e diante das argumentações do recurso apresentado pela recorrida, será inabilitada.

Assim, a verdade é que comprovada a capacitação técnica e jurídica da Recorrida, não há que se questionar qualquer desatendimento às exigências do edital, pelo que, irretocável é a decisão da Comissão de Pregão, que declarou habilitada a EDNA.

Ante o exposto, deve o recurso ser conhecido, e no mérito seja julgado Improcedente, mantendo-se a decisão da douta comissão de pregão.

Por fim, rechaça qualquer argumento trazido pela recorrente, sobre a declaração de requisitos do edital, eis que cristalino que o mesmo foi apresentado em conformidade, conforme se vê da decisão do pregoeiro.

DO PEDIDO

ANTE AO EXPOSTO, preenchidos os requisitos legais, PUGNA A RECORRIDA, que seja recebido o recurso apresentado pela empresa UAU estruturas eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade e no mérito seja julgado IMPROCEDENTE, MANTENDO NA ÍNTEGRA a decisão aqui acatada, mantendo a HABILITAÇÃO DA EMPRESA, **EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA – ME**, PARA OS itens 1 a 34 e 36 a 45, 48 e 49.

Pede e Espera Deferimento.

Araruama, 10 de dezembro de 2018

EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA – ME

CNPJ nº 07.579.818/0001-50